

NOTAS E REFLEXÕES

A GUERRA SEM ROSTO: ESTRATÉGIA, ÉTICA E PÓS-COLONIALISMO EM OS CUS DE JUDAS

MIGUEL NUNO DOS REIS MORAIS PALMA PERDIGÃO

miguelperdigão94@gmail.com

Mestrando em Relações Internacionais e Ciência Política, NOVA FCSH – Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Licenciado em Relações Internacionais (ISCSP). Colaborou com o Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais, NERI, e realizou estágio no Observatório Político

Introdução

Publicado originalmente em 1979 – apenas cinco anos após a Revolução de 25 de abril – *Os Cus de Judas*, de António Lobo Antunes, afirmou-se como um testemunho literário incontornável para a compreensão da Guerra Colonial (1961–1974) e das suas repercussões profundas na sociedade portuguesa. No âmbito das Relações Internacionais, a obra transcende a dimensão estritamente ficcional ao inscrever a experiência individual da guerra no processo mais amplo de descolonização que reconfigurou o sistema internacional na segunda metade do século XX. Ao evidenciar o colapso do império colonial português, o romance enfatiza igualmente o subsequente reposicionamento de Portugal numa ordem internacional pós-colonial, marcada pela redefinição das hierarquias de poder e das relações entre os antigos impérios e os territórios recém-independentes.

A atualidade da obra reside precisamente na necessidade de revisitar o passado colonial não como um episódio histórico definitivamente encerrado, mas como um processo cujas implicações persistem na memória coletiva, na identidade nacional e nas dinâmicas políticas e diplomáticas contemporâneas. Nesse sentido, a leitura de *Os Cus de Judas* inscreve-se num contexto de renovado debate público sobre justiça transicional¹, memória histórica e legado do colonialismo, temas que continuam a gerar um amplo debate na sociedade portuguesa.

Contudo, *Os Cus de Judas* não é apenas um mero romance sobre a guerra: é também um exercício de resistência contra o esquecimento, uma denúncia da desumanização inerente ao conflito armado e uma reflexão incisiva sobre os seus limites éticos. O próprio título remete para um espaço inóspito e hostil – o lugar onde “Judas perdeu as botas” – metáfora que condensa o sentimento de abandono, deslocação e absurdo vivido pelos soldados portugueses em Angola. Através dessa geografia simbólica, o texto revela a

¹ No plano conceptual, a justiça transicional é entendida como o conjunto de mecanismos jurídicos e políticos destinados a lidar com legados de violência massiva (Teitel, 2000). Embora Portugal não tenha desenvolvido instrumentos formais dessa natureza relativamente à Guerra Colonial, o debate público recente sugere a emergência de formas simbólicas de reconhecimento e elaboração histórica.



dimensão traumática da experiência colonial, sugerindo que a guerra não termina com o cessar das hostilidades formais, mas prolonga-se no âmago dos seus protagonistas. Tal como confessa o narrador:

“Tão esquisito, entende, que me pergunto às vezes se a guerra acabou de facto ou continua ainda, algures em mim, com os seus nojentos odores a suor, e de pólvora e de sangue” (Antunes, 1979, p. 157).

Esta persistência do conflito no plano subjetivo permite articular a obra enquanto uma análise mais ampla sobre memória coletiva e o trauma pós-colonial. A presente “Nota e Reflexão” sustenta que *Os Cus de Judas* antecipa debates centrais das Relações Internacionais – nomeadamente a centralidade da ética na gestão da violência e a dimensão política da memória no espaço pós-colonial.

A Guerra como Fenómeno Não Linear

Ao longo da narrativa, António Lobo Antunes recusa apresentar a guerra como uma dinâmica conflitual pautada pela racionalidade estratégica². Pelo contrário, o narrador evidencia a erosão do sentido e da linguagem num contexto de conflito:

“Nunca as palavras me pareceram tão supérfluas como nesse tempo de cinza, desprovidas do sentido que me habituara a dar-lhes, privadas de peso, de timbre, de significado, de cor, à medida que trabalhava o coto descascado de um membro ou reintroduzia numa barriga os intestinos que sobravam, nunca os protestos me surgiram tão vãos, nunca os exílios jacobinos de Paria se me afiguraram tão estúpidos.” (Antunes, 1979, p.43).

A guerra surge, assim, desprovida de coerência interna, marcada por uma lógica errática que encontra eco na conceptualização proposta por Abel Cabral Couto em *Elementos de Estratégia* (1988). Para Cabral Couto, a guerra constitui um fenómeno de natureza intrinsecamente complexa e imprevisível, cujas dinâmicas tendem a escapar a qualquer tentativa de controlo racional. Esta leitura permite enquadrar o romance no debate mais amplo sobre os limites da racionalidade estratégica em contextos de guerra irregular e conflito assimétrico.

No romance, essa não linearidade manifesta-se de forma particularmente evidente através de três dimensões centrais: (i) os soldados, imersos num estado de alienação que os impede de compreender o propósito último do conflito; (ii) a natureza frequentemente contraditória e absurda das ordens recebidas; e (iii) a figura de um inimigo simultaneamente omnipresente e invisível, que se confunde com a paisagem e com a população civil. Estes elementos consolidam a perceção de que o horror da guerra se autonomiza dos seus próprios intervenientes, adquirindo uma dinâmica quase autónoma, destituída de finalidade inteligível.

A própria estrutura narrativa da obra – marcada por analepses e prolepses constantes, bem como por um fluxo de consciência fragmentário – reforça essa ideia de descontinuidade. O leitor não é conduzido de forma condescendente pelo autor, sendo

² A racionalidade estratégica refere-se à articulação coerente entre meios e fins na condução da guerra, subordinando o uso da força a objetivos políticos definidos; formulação inspirada na conceção clausewitziana da guerra como continuação da política por outros meios



antes confrontado com um relato convulso e descontínuo que espelha, no plano formal, a desordem psicológica e moral do conflito.

A Falência do Comando Militar e a Ética na Gestão da Violência

Na continuidade da crítica à racionalidade estratégica do conflito, o romance aprofunda a sua denúncia ao expor o cinismo e a incompetência do comando militar. As figuras de autoridade surgem frequentemente retratadas como burocratas distantes da realidade operacional, mais preocupados em preservar uma aparência de controlo do que em compreender a dimensão humana da guerra:

"Os majores em reboição abandonavam os copos de uísque, de cubos de gelo substituídos por dados de pôquer, para eretos como soldados de chumbo barrigudos, saudarem a entrada de uma senhora que qualquer coronel subitamente urbano comboiava, deixando atrás de si, perceptível na tremura dos galões, um rastro cochichado de cio de caserna." (Antunes, 1979, p.13).

Esta representação literária contrasta com a conceção defendida por Abel Cabral Couto em *Elementos de Estratégia* (1988), onde o autor sublinha a responsabilidade ética dos comandantes, cujo imperativo de ação deveria consistir numa gestão prudente e deliberada da violência, impondo-lhe limites claros e subordinando-a a um propósito estratégico previamente definido.

Todavia, o que se observa em *Os Cus de Judas* é precisamente o inverso: uma estratégia marcada por limitações crónicas no plano ético e operacional. Em primeiro lugar, a violência tende a autonomizar-se, convertendo-se num fim em si mesma, destituída de uma finalidade clara. Em segundo lugar, os soldados são retratados como vítimas de uma máquina institucional que os consome, desprovidos de apoio psicológico ou orientação moral consistente. Por fim, a guerra surge descrita como um *"monte de destroços e ruínas"* (Antunes, 1979, p. 172), alimentado pela *"estúpida violência das bombas"* (ibidem), imagem que reforça a perceção de um conflito sem direção nem responsabilidade claramente assumida.

A obra sugere, assim, que quando a liderança militar se aliena da realidade tática e humana do conflito, a violência tende a degenerar num processo de institucionalização da barbárie, onde o sofrimento dos combatentes deixa de constituir critério relevante de decisão. Nesse sentido, a falência do comando não é apenas operacional, passando a ser sobretudo ética.

Memória e Trauma: A Guerra que Não Acaba

Em *Os Cus de Judas*, de António Lobo Antunes, a guerra não termina com o silenciar das armas. Pelo contrário, ela prolonga-se na memória daqueles que lhe sobreviveram, como uma ferida aberta que resiste à cicatrização. O regresso do narrador a Lisboa não representa um verdadeiro retorno à normalidade, mas antes a transição para uma nova forma de conflito – agora interior e silencioso.

As imagens do conflito persistem de forma intrusiva, assombrando o quotidiano e impedindo qualquer reconciliação plena com o passado. O narrador sente-se perseguido



por “*caixões que me aguardam*” (Antunes, 1979, p. 157) mergulhando numa melancolia crónica que denuncia a impossibilidade de dissociar a experiência vivida da identidade presente. A guerra, nesse sentido, deixa de ser um acontecimento delimitado pelo tempo para se transformar numa condição existencial.

Esta representação literária aproxima-se daquilo que identificaríamos como perturbação de stress pós-traumático, suscitando um debate contemporâneo relevante sobre os efeitos psicológicos duradouros do conflito em antigos combatentes – temática que tem vindo a ser progressivamente discutida em Portugal (Ribeiro, 2004). O romance antecipa, assim, uma reflexão que ultrapassa o seu tempo histórico, ao revelar que a violência institucionalizada produz marcas que não se extinguem com a assinatura de acordos ou com o fim formal das hostilidades.

Mais do que narrar o passado, fica demonstrado que a guerra raramente pode ser “superada” ou “esquecida”. Ela impõe-se a quem a viveu como uma memória persistente, exigindo confrontação crítica e um reconhecimento público das suas consequências humanas. Neste sentido, o trauma individual descrito pelo narrador converte-se também em metáfora de uma memória coletiva inacabada, tal como analisado por Ribeiro (2004) no contexto das disputas pós-coloniais sobre identidade e lembrança.

O Contexto Histórico e a Guerra Colonial em Angola

A Guerra Colonial em Angola (1961–1974) constituiu um conflito de natureza assimétrica, no qual as forças portuguesas enfrentaram movimentos independentistas como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). No plano estratégico, Portugal adotou predominantemente uma doutrina de contrassubversão amplamente descrita por Cann (1997) como a “*Portuguese Way of War*”, assente no controlo territorial, operações de neutralização e guerra psicológica. Paralelamente, verificaram-se práticas repressivas que incluíram tortura, deslocções forçadas de populações e massacres (Cann, 1997). Apesar da sua racionalização, esta abordagem revelou limitações profundas na dimensão humana do conflito. A tentativa de conter os focos de insurgência foi acompanhada por uma escalada de violência que agravou a desumanização generalizada. Entre as forças portuguesas, contabilizaram-se mais de 8.000 mortos e milhares de combatentes regressaram com sequelas psicológicas duradouras (Ribeiro, 2004). Entre a população angolana, os números são ainda mais expressivos, incluindo mortos, deslocados e vítimas de repressão sistemática (Birmingham, 2021).

É este enquadramento histórico que dá a *Os Cus de Judas* uma particular relevância. O romance funciona como uma forma de dar a conhecer um sofrimento invisibilizado, expondo as consequências íntimas e duradouras da guerra. A violência não é apenas descrita enquanto fenómeno estratégico ou militar; surge antes como experiência existencial que corrói progressivamente a estabilidade emocional dos seus protagonistas:

“As madrugadas, de resto, são o meu tormento, gordurosas, geladas, azedas, repletas de amargura e de rancor. Nada vive ainda e, todavia, uma ameaça indefinível ganha corpo, aproxima-se, persegue-nos, incha-nos no peito, impede-nos de respirar livremente.” (Antunes, 1979, p.30).



Para além da devastação material, a Guerra Colonial provocou uma profunda divisão na sociedade portuguesa. Durante décadas, o conflito permaneceu envolta num silêncio social e político significativo, sendo a literatura um dos primeiros espaços de problematização desse legado. Nesse sentido, *Os Cus de Judas* constituiu uma intervenção decisiva ao romper com essa omissão coletiva, contribuindo para o debate público acerca da guerra e das suas consequências.

A Literatura como Testemunho: Ética, Memória e Justiça

Os Cus de Judas extravasa largamente a categoria de “romance de guerra” para se afirmar como uma intervenção crítica contra processos de silenciamento histórico. Ao dar voz tanto às vítimas como aos perpetradores da violência, a obra desafia as narrativas oficiais que procuraram atenuar ou justificar o conflito colonial. A literatura assume, assim, uma função ética: não apenas narrar acontecimentos, mas expor a dimensão humana da violência e interpelar o leitor quanto à responsabilidade coletiva que dela decorre. Esta dimensão testemunhal inscreve-se numa tradição literária mais ampla. Em *A Costa dos Murmúrios* (Jorge, 1988), a guerra é explorada a partir das fraturas íntimas que produz nas famílias dos militares. Já a obra *Se Isto é um Homem* (Levi, 1986), constitui um exemplo paradigmático da literatura enquanto preservação da memória face à barbárie.

No contexto português, onde o debate sobre a Guerra Colonial permaneceu durante anos marcado pelo silêncio e ambivalência, *Os Cus de Judas* contribuiu para a construção de uma memória coletiva crítica, obrigando o país a confrontar o seu passado colonialista. Neste sentido, a obra funciona como instrumento heurístico para pensar os desafios contemporâneos de responsabilização histórica no sistema internacional. A obra demonstra como a literatura pode funcionar como instrumento analítico nas Relações Internacionais, revelando dimensões éticas e simbólicas que frequentemente escapam ao discurso político.

Paralelos com Debates Atuais e Justiça Transicional

A relevância de *Os Cus de Judas* ultrapassa o seu enquadramento histórico imediato. Num sistema internacional ainda marcado por conflitos armados e processos incompletos de reconciliação, a obra recorda que a guerra não se reduz a cálculo estratégico: ela produz efeitos humanos, políticos e simbólicos de longa duração. Neste sentido, o romance dialoga diretamente com debates contemporâneos sobre justiça transicional, memória histórica e responsabilidade coletiva.

No caso português, o processo de confrontação do passado colonial tem sido caracterizado por ambivalência e relativa lentidão quando comparado com experiências como a da Alemanha no pós-guerra ou da África do Sul após o *apartheid*³, onde mecanismos institucionais de verdade e reconciliação desempenharam um papel central na construção de narrativas públicas de reconhecimento e reparação, ainda que se trate

³ Desmond Tutu destacou-se pelo seu papel na Comissão de Verdade e Reconciliação sul-africana, enquanto os Julgamentos de Nuremberga estabeleceram um precedente jurídico internacional para responsabilizar crimes de guerra e contra a humanidade.



de processos historicamente distintos e não diretamente equiparáveis. Portugal não implementou estruturas formais equivalentes no que respeita à Guerra Colonial, o que contribuiu para um prolongado silêncio social e político. Todavia, nas últimas décadas tem-se observado um renovado interesse público. Iniciativas como a exposição "Guerra Colonial: 50 Anos Depois" promovida pelo Museu do Aljube (Museu do Aljube, 2024) e os relatórios da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CIDCR, 2023) têm contribuído para uma maior visibilidade das consequências psicológicas e sociais do conflito.

Estes desenvolvimentos sugerem que a revisitação do passado colonial permanece um processo em curso. Ao expor a dimensão traumática e ética da guerra, *Os Cus de Judas* antecipa e alimenta essa reflexão, funcionando como catalisador de uma memória crítica que interpela não apenas a sociedade portuguesa, mas também o modo como os Estados a integram ou evitam integrar.

O Legado de Os Cus de Judas: Literatura, Memória e Justiça

Um dos principais méritos de *Os Cus de Judas* reside no facto de se tratar de um dos primeiros relatos na primeira pessoa acerca do conflito colonial. A obra inscreve-se como um registo literário que persiste na linguagem, no silêncio e na experiência daqueles que viveram a guerra. Ao dar voz ao trauma dos soldados e das populações afetadas, o autor transforma a literatura num espaço simbólico de resistência, orientado para a preservação da memória e para a problematização crítica da identidade coletiva portuguesa. Num contexto em que Portugal continua a debater o legado do seu passado colonial, o livro mantém-se como intervenção relevante no aprofundamento dessa reflexão.

A receção crítica confirmou e destacou essa importância. A obra foi amplamente reconhecida como marco da literatura portuguesa do pós-25 de Abril, tendo Maria Alzira Seixo sublinhado a sua inovação formal e a coragem temática (Seixo, 1999). No plano literário, é frequentemente colocada em diálogo com *A Costa dos Murmúrios*, de Lídia Jorge, pela forma como ambas as obras evidenciam que a guerra não afeta apenas os combatentes, mas também as estruturas familiares e sociais que os rodeiam.

Para além da literatura, outras expressões artísticas contribuíram para a elaboração pública da memória da Guerra Colonial. No cinema, obras como *Non, ou a Vã Glória de Mandar*⁴ abordaram criticamente o legado histórico e simbólico da guerra e do colonialismo português, problematizando a narrativa épica associada ao passado imperial. No panorama musical, figuras como José Mário Branco e Zeca Afonso⁵ refletiram, de formas distintas, as tensões políticas e sociais associadas ao período. Estas manifestações culturais revelam que a memória da guerra se construiu também fora do discurso historiográfico e institucional.

Num momento em que persistem debates sobre justiça transicional, responsabilidade histórica e legado colonial no espaço pós-colonial português, *Os Cus de Judas* mantém plena

⁴ *Non, ou a Vã Glória de Mandar* é um filme português de 1990 realizado por Manoel de Oliveira. Mistura reflexão histórica e narrativa poética sobre Portugal, cruzando o presente da guerra colonial em África com episódios do passado nacional.

⁵ No plano musical, a crítica ao contexto político e à Guerra Colonial encontrou expressão em canções de intervenção como *Menina dos Olhos Tristes* (1971) e *A Morte Saiu à Rua* (1969), de Zeca Afonso, bem como em temas como *Inquietação* (1972), de José Mário Branco, cuja produção artística refletiu as tensões sociais, políticas e morais associadas ao período final do Estado Novo e ao conflito colonial.



relevância analítica. Ao questionar a racionalidade estratégica da guerra e evidenciar as suas implicações éticas, a obra contribui para uma reflexão crítica sobre os limites da violência organizada e sobre a forma como os Estados enfrentam – ou adiam – a confrontação com o seu passado. A releitura do romance demonstra, assim, que a memória da guerra constitui uma dimensão estruturante da identidade internacional portuguesa e influencia, ainda hoje, os modos de projeção externa do Estado no sistema internacional. Deste modo, *Os Cus de Judas* permanece uma obra central para compreender não apenas a Guerra Colonial, mas também os desafios éticos e políticos que continuam a moldar a relação de Portugal com o mundo.

Referências

- Antunes, A. L. (1979). *Os Cus de Judas*. Dom Quixote.
- Birmingham, D. (2021). *A história de Angola*. Tinta-da-China.
- Cabral Couto, A. (1988). *Elementos de estratégia*. Instituto de Altos Estudos Militares.
- Cann, J. P. (1997). *Counterinsurgency in Africa: The Portuguese Way of War, 1961–1974*. Greenwood Press.
- Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial. (2023). *Relatório sobre memória colonial e discriminação racial*. CIDCR.
- Fernandes, A. H. (2013). Todos somos mulheres: A estratégia como razão das vítimas e dos vencidos. *Nação e Defesa*, 136, xx-xx.
- Jorge, L. (1988). *A costa dos murmúrios*. Dom Quixote.
- Levi, P. (1986). *Se isto é um homem*. Difel.
- Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. (2024). *Guerra Colonial: 50 anos depois* [Exposição]. Museu do Aljube – Resistência e Liberdade.
- Ribeiro, M. C. (2004). *Uma história de regressos: Império, Guerra Colonial e pós-colonialismo*. Afrontamento.
- Seixo, M. A. (1999). *O essencial sobre António Lobo Antunes*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Teitel, R. G. (2000). *Transitional Justice*. Oxford University Press

Como citar esta nota

Perdigão, Miguel Nuno Dos Reis Morais Palma (2026). *A Guerra Sem Rosto: Estratégia, Ética e Pós-Colonialismo em Os Cus de Judas*. *Janus.net, e-journal of international relations*. VOL. 17, Nº. 1, Maio 2026, pp. 675-681. DOI <https://doi.org/10.26619/1647-7251.17.1.04>

